



Procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Código da Oferta na BEP - OE202509/0666

Ref. 06/2025 – Divisão de Ambiente e Sustentabilidade

A Prova de Conhecimentos será escrita, realizar-se-á individualmente, com uma duração de 90 minutos, com tolerância de 30 minutos.

Será composta por:

- Grupo I – 6 questões de escolha múltipla (1 valor cada)
- Grupo II – 4 questões de resposta direta (1 valor cada)
- Grupo III – 2 questões de desenvolvimento (5 valores cada)

Bibliografia e legislação necessárias à preparação dos temas de suporte:

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação – Código do Procedimento Administrativo (Parte I – Capítulo II – Princípios Gerais da Atividade Administrativa; Parte III – Título I – Capítulo V – Dos Prazos; Parte III – Título II – Capítulo II – Secção IV – Da Audiência dos Interessados);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2017, de 11 de julho - Estratégia Nacional de Educação Ambiental;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro, na sua atual redação - Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal;
- Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação – Regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade;
- Decreto-lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, na sua atual redação – Regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras);
- Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua atual redação – Lei da Água;

- Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na sua atual redação – Lei Quadro das Contraordenações Ambientais;
- Decreto-lei n.º 236/98, de 1 de agosto, na sua atual redação - Normas, critérios e objetivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos;
- Decreto-lei n.º 135/2009, de 3 de junho, na sua atual redação - Regime de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares e de prestação de informação ao público sobre as mesmas;
- Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua atual redação – Estabelece a titularidade dos recursos hídricos;
- Decreto-lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio – Estabelece o regime jurídico da utilização dos recursos hídricos;
- Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua atual redação – Regulamento Geral do Ruído;
- Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, na sua atual redação - Lei de Bases do Clima;
- Edital n.º 570/2012, de 21 de junho, alterado pelo Edital n.º 1169/2015, 22 de dezembro – Regulamento da Paisagem Protegida Local das Serras do Socorro e Archeira;
- Regulamento Municipal da gestão das praias marítimas do Município de Torres Vedras;
- Plano Municipal de Ação Climática de Torres Vedras;
- Agenda 2030 de Torres Vedras – Relatório Voluntário Local.

Durante a realização da prova de conhecimentos é permitida apenas a consulta da legislação, sem anotações, devendo os/as candidatos/as interessados/as em fazer uso desta faculdade trazer cópia da mesma.